

CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa assegurar a transparência na gestão dos recursos públicos, especificamente no que se refere ao incentivo financeiro federal destinado aos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias no município de Contagem.

Os agentes de saúde desempenham um papel essencial na promoção da saúde preventiva e no combate a doenças, sendo fundamentais para o bom funcionamento da atenção primária. O Governo Federal repassa periodicamente um incentivo financeiro específico para esses profissionais, e é dever do município assegurar que esses valores sejam devidamente aplicados e repassados dentro dos prazos legais.

Atualmente, observa-se uma grande dificuldade por parte dos profissionais de saúde e da população em acessar informações claras e detalhadas sobre os repasses desses incentivos. A falta de transparência dificulta a fiscalização adequada e gera insegurança, não só para os servidores públicos, mas também para a sociedade em geral, que tem o direito de saber como os recursos públicos estão sendo aplicados.

É fundamental garantir que os agentes de saúde recebam, de forma justa e regular, o incentivo a que têm direito, conforme estabelecido pela legislação federal. Para tanto, a publicação dessas informações no Portal da Transparência é uma medida essencial que visa promover a clareza, prevenir atrasos indevidos e garantir o correto repasse dos valores, além de fortalecer a confiança da população no funcionamento da administração pública.

A exigência de tornar públicos os dados relativos a esses repasses mensais permitirá que os cidadãos, os próprios servidores e os órgãos de controle possam acompanhar de maneira eficaz a utilização desses recursos. Além disso, a transparência é um pilar importante para a melhoria da gestão pública e da relação entre governo e sociedade.







CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS

Por tudo isso, a aprovação deste projeto é um passo importante para assegurar o direito à informação e à fiscalização eficiente da aplicação dos recursos destinados aos agentes de saúde em nosso município.

Palácio 1° de Janeiro, Sala de Reuniões, 01 de abril de 2025.

Gloria de Fatima Lopes Pena

(Gloria da Aposentadoria)

-VEREADORA-



